

Balço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)		Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)		
Ativo	Notas	2022	Notas	2022
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>	
Caixa e Equivalente de Caixa	4	33.698.098,21	Fornecedores	1.533.786,55
Adiantamentos a Empregados	5	1.054.583,80	Obrigações Trabalhistas	9 10.673.414,98
Adiantamentos para Despesas		1.000,00	Obrigações Sociais e Fiscais	10 8.331.150,90
Impostos Recuperáveis		2.313,95	Contas a Pagar	317.673,32
Créditos de Convênios	6	21.960.884,07	Provisões para Férias e Encargos	17.188.781,85
Outros Créditos		176.325,99		<b>38.044.807,60</b>
		<b>56.893.206,02</b>		
<b>Ativo não Circulante</b>			<b>Passivo não Circulante</b>	
Imobilizado	7	333.804,10	Bens Públicos em nosso poder	11 336.572,94
Intangível	8	2.768,84		<b>336.572,94</b>
		<b>336.572,94</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>57.229.778,96</b>		

Demonstração dos Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)		
	Notas	2022
<b>Receitas Líquidas</b>	<b>12</b>	<b>232.812.623,81</b>
Contratos de Convênios	13	234.060.038,64
Realização de Bens Públicos em nosso poder		47.212,85
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(70.591,86)
(-) Glosas sobre Convênios		(1.224.035,82)
<b>Custos</b>	<b>(212.167.202,79)</b>	
Pessoal e Reflexo	15	(195.053.152,48)
Serviços Terceirizados	16	(16.678.477,00)
Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(435.573,31)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(45.410.849,16)
(-) Isenção da CPP Usufruída		45.410.849,16
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>20.645.421,02</b>	
<b>Despesas</b>	<b>(1.950.851,09)</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.905,60)
Despesas Gerais	18	(1.947.945,49)
<b>Outras (Despesas) e Receitas Operacionais</b>	<b>5.830,56</b>	
Outras Receitas		5.830,56
<b>(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras</b>	<b>18.700.400,49</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>14</b>	<b>1.919.573,80</b>
Receitas Financeiras		1.222.410,99
(-) Despesas Financeiras		(202.837,19)
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>24</b>	<b>20.619.974,29</b>

Demonstração da Mutaço do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)			
	Superávit Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	-	-	-
Transferências Patrimoniais		(1.771.575,87)	(1.771.575,87)
Superávit do Exercício	20.619.974,29	-	20.619.974,29
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20.619.974,29</b>	<b>(1.771.575,87)</b>	<b>18.848.398,42</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)	
Atividades Operacionais	2022
Superávit do Exercício	20.619.974,29
(Aumento) Redução do Ativo	
Adiantamentos a Empregados	(1.054.583,80)
Adiantamentos para Despesas	(1.000,00)
Impostos Recuperáveis	(2.313,95)
Créditos com Convênios	(21.960.884,07)
Outros Créditos	(176.325,99)
Aumento (Redução) do Passivo	
Fornecedores	1.533.786,55
Obrigações Trabalhistas	10.673.414,98
Obrigações Sociais e Fiscais	8.331.150,90
Provisões para Férias e Encargos	17.188.781,85
Outras Obrigações	317.673,32
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>35.469.674,08</b>
<b>Atividades de Investimento</b>	
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(70.591,86)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>(70.591,86)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	70.591,86
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(1.771.575,87)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.700.984,01)</b>
<b>Varição Líquida nas Disponibilidades Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>33.698.098,21</b>
Disponibilidades no Início do Exercício	-
Disponibilidades no Final do Exercício	33.698.098,21
<b>Varição Líquida nas Disponibilidades</b>	<b>33.698.098,21</b>
Descontos Obtidos	72,11
(-) Tarifas Bancárias	(9.817,63)
(-) Juros e Mora Comerciais	(55,92)
(-) Imposto sobre Aplic. Financeiras	(145.854,52)
(-) IOF	(46.950,77)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(158,35)
	<b>1.919.573,80</b>

**1. Contexto Operacional:** O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.00636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Saltó, Santo André, Taubaté, Bertogiá, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Peruíbe, São Roque, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouça de Gouvêa. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o Convênio nº 002/2011, visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral a assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana no município de São Paulo que, durante o exercício de 2022 foi prorrogado através dos Termos Aditivos de nº 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054 e 055/2022. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0002-64, a partir do exercício de 2022, o Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana foi constituído como filial através do CNPJ nº 66.518.267/0031-07, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o CEJAM mantém com a Prefeitura do Município de São Paulo. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade.

**2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. 3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida do passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Beneficiários: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. 3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entida-

de tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.f) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.g) Receitas: As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.h) Despesas: As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.j) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa Banco - Aplicações Financeiras Banco do Brasil S.A. 2022 343,80 33.697.754,41 33.698.098,21 Banco Santander (Brasil) S.A. A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). 5. Adiantamento a Empregados Adiantamentos de Férias 2022 1.054.583,80 1.054.583,80 6. Créditos de Convênios Convênio nº 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana) 2022 21.960.884,07 21.960.884,07 7. Imobilizado Imobilizado de Gestão Pública Taxa 2022 Beneficiários em Imóveis 4% 78.503,66 Máquinas e Equipamentos 10% 33.730,04 Equipamentos de Uso Médico 10% 210.822,13 Aparelhos e Inst. de Uso Médico 10% 59.152,27 Equipamentos de Informática 20% 16.709,90 Móveis e Utensílios 10% 272.512,69 (-) Depreciação Acumulada (337.626,59) 333.804,10 Conforme preceituado no convênio firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal. 8. Intangível Intangível de Gestão Pública Taxa 2022 Direitos de Uso de Sistemas 20% 8.708,00 (-) Amortização Acumulada (5.939,16) 2.768,84 9. Obrigações Trabalhistas Salários a Pagar 2022 10.617.902,01 Pensões Alimentícias a Pagar 11.660,52 Rescisões a Pagar 43.848,45 10.673.414,98 10. Obrigações Sociais e Fiscais INSS a Recolher 555.588,49 FGTS a Recolher 1.698.888,65 Contribuições Sindicais e Assist. a Recolher 320,00 IRRF a Recolher 5.977.668,83 IRRF Retido de PJ a Recolher 16.062,22 IRRF Retido de Autônomos a Recolher 14.950,17 CSRF a Recolher 49.867,56 ISS Retido na Fonte a Recolher 2.466,86 INSS Retido de PJ a Recolher 15.338,12 8.331.150,90 11. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 336.572,94 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do convênio. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 12. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão e Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos. 13. Receitas com Convênios 2022 Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana) 234.060.038,64 234.060.038,64 14. Receitas e Despesas Financeiras Rendimentos de Aplicações Financeiras 2022 2.122.338,88

**15. Custos com Pessoal Próprio** 2022 Renunerações 169.922.847,29 Benefícios 10.920.051,73 Encargos Sociais 14.210.253,46 195.053.152,48 **16. Custos com Serviços Terceirizados** 2022 Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas 13.843.799,80 Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas 614.132,64 Serviços Assistenciais - Pessoas Físicas 2.220.544,36 16.678.477,00 **17. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo** 2022 Medicamentos e Materiais de Uso Médico 195.296,14 Materiais de Consumo 153.315,85 Materiais de Conservação e Reparos 19.483,18 Outros Materiais e Insumos 67.478,14 435.573,31 **18. Despesas Gerais** 2022 Contas de Consumo 80.174,26 Aluguéis 381.870,29 Administrativas 1.399.244,81 Bens Não Imobilizados 15.475,85 Outras Despesas Gerais 71.180,28 1.947.945,49 **19. Coberturas de Seguros:** A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **20. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **21. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. **22. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalentes às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 45.410.849,16 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma: 2022 Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento 44.966.740,31 Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas 444.108,85 45.410.849,16 (-) Isenção Usufruída: (-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento (44.966.740,31) (-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas (444.108,85) **23. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Fe- **continua**

deral. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **24. Superávit do Exercício:** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R\$ 20.619.974,29. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Mário Santoro Junior** - Gerente de Desenvolvimento Institucional

**Alexandre Papi** - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

### **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim - Organização Social M’boi Mirim - PMSP - Parto Seguro à Mãe Paulistana**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente-

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 06 de abril de 2023. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP - 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS “S” - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.